

A PRODUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Soíla Thaís ROCKEL¹

A obra é organizada em Introdução, Capítulos 1 e 2 e Conclusão. O autor utiliza o materialismo histórico dialético para suas análises. Por meio da historicização da escola moderna, buscou compreender como se deu a sua produção material, para isso mobilizou como categoria principal o trabalho didático, bem como as categorias historicidade e totalidade.

Na Introdução, o autor faz um comentário geral sobre a obra, apresenta esclarecimentos acerca da teoria utilizada, enfatizando que as pesquisas que se desenvolvem pelo materialismo histórico necessitam ater-se à ciência da história, no sentido de compreender os objetos apenas no momento presente, mas à luz do percurso histórico que o perpassa. A relevância desta pesquisa, segundo o autor, está em possibilitar aos educadores um olhar crítico sobre a sua atuação, de forma a “destruir as fantasias e as ilusões que povoam suas cabeças e que se expressam em crenças e impressões acríticas sobre a instituição e o seu ofício” (ALVES, 2004, p. 17), pois para ele existe uma resistência em entender a determinação material da escola.

Para a aproximação do seu objeto de estudo, foram elencados três objetivos gerais: “1º) evidenciar os móveis determinantes da origem da escola pública; 2º) explicitar as condições materiais necessárias à universalização dessa instituição social; 3º) descrever as funções da escola relacionando-as às demandas geradas pelos câmbios da sociedade.” (ALVES, 2004, p. 20). Esses objetivos foram alocados em dois momentos distintos da pesquisa, no primeiro o autor buscar apontar por meio da história as origens da escola pública burguesa, em suas nuances e peculiaridades, e no segundo a escola a partir de meados do século XIX até o XX, focalizando a sua produção material.

O primeiro capítulo tem como título “A gênese da escola pública e os limites da universalização do ensino até o século XIX”, que se desdobram em quatro subtítulos. Nele o autor descreve e comenta como se desenvolveu a organização da educação pública na Revolução Francesa, na Inglaterra, com o pensamento de Adam Smith, no contexto da Reforma Protestante e a expansão dessa educação no decorrer do século XIX.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS, graduada em Pedagogia pela mesma instituição. E-mail: strockel@hotmail.com

O objetivo principal do autor ao longo de todo esse capítulo é demonstrar que a forma como a escola é organizada atualmente é a mesma idealizada e implantada pelos revolucionários, como forma de adequação ao sistema capitalista que se estruturava e se consolidava como modo de produção hegemônico, na Europa. “[...] o ideário relativo à escola, cultivado em nosso tempo, incorporou integralmente os qualificativos formulados pela vertente francesa do pensamento burguês.” (ALVES, 2004, p. 55). Assim, o modelo vigente de educação não evoluiu.

Para isso, o autor apresenta o Rapport, que foi o principal documento sobre educação à época da Revolução Francesa, elaborado pelo Marquês de Condorcet e apresentado para a Assembléia Nacional, em 1792. Este documento dizia de uma educação para todos, que propiciasse o aperfeiçoamento das habilidades, a capacitação para o trabalho e para a cidadania, de forma que gerasse nos cidadãos felicidade e progresso. Porém, apresentavam-se os limites materiais para que este projeto fosse executado da forma como se propunha, sobretudo sobre a gratuidade do ensino para todos, assim durante todo o período revolucionário não houve um consenso sobre esta questão. Mesmo o Plano Nacional de Educação, de Lepelletier, apesar de apresentar contribuições que seriam importantes para a educação pública no país, não chegou a ser aprovado pela Assembleia.

Na Inglaterra, o autor pontua o pensamento de Adam Smith, o fundador da economia clássica. Segundo ele, para Smith, a educação não precisava ser para todos, nem muito menos gratuita, afinal o primordial era a geração de riquezas e gastar com a educação das “pessoas comuns” seria um gasto desnecessário. A sugestão de Smith eram as pequenas escolas ou escolas em paróquias, com mestres que ensinassem a custo muito pequenos que os trabalhadores conseguissem pagar, e que os conteúdos lhes fossem úteis ao trabalho.

No contexto da Reforma Protestante, o principal nome apontado pelo autor é Comenius, por sua obra Didática Magna. A obra de Comenius possui uma importância histórica para a educação, pois nela possui todas as bases, os conceitos, toda a estrutura escolar moderna. Para Comenius a escola precisava ser acessível a todos, tanto para meninos quanto para meninas, ricos ou pobres, pois ele compreendia que a educação levava a uma elevação espiritual. Para que fosse possível cumprir esse objetivo, ele desenvolveu um sistema escolar que tinha como meta ensinar tudo a todos, ao menor tempo possível, e ao menor esforço.

A organização fundamentou-se nas bases da manufatura, por meio das classes de alunos com um professor ensinando a um grande número deles; o ensino mútuo que significava que os alunos com maior desempenho deveriam ensinar os demais; e os manuais didáticos, que eram compêndios com extratos dos clássicos, em uma forma mais simples e reduzida para que pudesse ser apreendida em menos tempo.

O autor relata em diversas passagens no texto que mesmo esta estrutura tão “enxuta” da escola, não garantia as condições materiais para que fosse implementada:

Após o estabelecimento das bases da escola moderna, obra do educador morávio, a expectativa poderia ser a de que o processo de expansão escolar fluiria com maior desembaraço nas nações influenciadas pela Reforma. Porém, o que aconteceu na sequência só confirmou o fato de que a ideia de escola para todos não encerrava, em si mesma, o poder de produzi-la materialmente. Em oposição àquela expectativa, não se deu o aumento expressivo do número de escolas como resultado da influência renovadora de Comenius mas, sim, uma aparente inércia que se estenderia até o início do século XIX. (ALVES, 2004, p. 103).

Dificuldades como falta de professores aptos a trabalhar nesse sistema foi uma das dificuldades apontadas pelo autor, além da ausência dos recursos propriamente ditos para o custeio e manutenção das escolas. Com isso, a escola permaneceu como exclusividade de alguns.

O autor comenta que se as discussões acerca da escola pública para todos eram justificadas como forma de combater a influência da Igreja, e o feudalismo, ao longo do século XIX. Com a consolidação do sistema capitalista, esses debates perderam força, e a educação passa a ser concebida como “a chave privilegiada que abria aos homens a esperança de construir um futuro almejado por todos, identificado com a idealização da igualdade econômica e social” (ALVES, 2004, p. 129).

A partir do exposto anteriormente o objetivo do autor no segundo capítulo está em perceber quais condições materiais tornaria possível a universalização da escola pública. E como ela vem sendo produzida no último século. A realidade da indústria gerou um cenário em que a escola foi obrigatoriamente universalizada para atender a demanda de crianças que, destituídas de seus postos de trabalho nas fábricas, precisavam de local para se ocuparem de alguma forma.

Assim, a escola que se popularizou ao final do século XIX e no século XX foi pautada na concepção comeniana, que permitia uma estrutura escolar barata. Isso teve produzido a especialização do trabalho didático, fenômeno também observado em todo o processo de produção capitalista. A educação reservada aos trabalhadores não lhes permitia aproximar-se dos conhecimentos clássicos, o manual didático com os conhecimentos rasos e fragmentados, passou a ser o protagonista do processo de ensino, com isso “[...] os conhecimentos difundidos dentro da escola não alimentavam a sua formação, enquanto cidadãos, pois não colocavam em questão compreensão da sociedade.” (ALVES, 2004, p. 176).

Para o autor o distanciamento ao conhecimento clássico que escola pública proporcionou à classe trabalhadora é o fator preponderante para a manutenção da estratificação social, pois ela não permite o desenvolvimento da sua consciência de classe. Essa base de ensino raso e não crítico foi o que se consolidou enquanto organização didática, até a educação contemporânea. A educação que se propunha a ser única para todos, é na verdade, dualista, onde o conhecimento científico clássico e aprofundado ficou exclusivo a uma classe detentora do capital, delineando-se então uma educação para a elite e uma para a classe trabalhadora.

Neste viés, o autor aponta as funções da escola pública contemporânea:

[...] tem servido ao reaproveitamento de trabalhadores expulsos das atividades produtivas por força do desenvolvimento tecnológico; tem funcionado como um recurso para atenuar as tensões sociais na sociedade capitalista, em sua fase monopolista. [...] todas as evidências apontam no sentido de que a escola, na perspectiva do capital, não necessita cumprir as suas proclamadas funções específicas. (ALVES, 2004, p. 197).

Com isso, os governos desenvolveram mecanismos de financiamento da educação por meio dos impostos arrecadados, para mantê-las já que a sua presença na sociedade é indispensável, não para uma função pedagógica propriamente dita, como se imagina que deve ser, mas para uma forma de controle e manutenção do capitalismo.

Em sua conclusão, o autor apresenta um pouco de luz diante do que ele chama de barbárie imposta à educação pelo capitalismo, ele pondera que as crises têm demonstrado, ao longo da história, ser um momento importante para emergir novas formas de produção social. Alves (2004) discute a relevância da atuação resistente do professor frente a essa realidade, no sentido de compreender a sua prática e utilizá-la como forma transformadora, mesmo que essa

transformação não seja percebida de imediato, para ele a luta dos professores é a única forma de combater o anacronismo da escola.

A obra de Alves possui grande relevância para o entendimento da concepção de escola pública ao longo dos dois últimos séculos, também para desmistificar alguns discursos recorrentes mesmo no meio educacional, sobre uma escola romantizada. Entender qual o real sentido da existência da escola na atual sociedade capitalista permite romper com uma prática meramente reprodutivista e não crítica, e desenvolver um olhar e uma atuação que aponte para a transformação social.

É indispensável que essa transformação ocorra. Para isso, existe um caminho a seguir, é necessário se desenvolver uma consciência de classe, que só é possível à luz da ciência da história, da apropriação do conhecimento clássico. A obra deixa clara a necessidade de o professor não só fazer esse exercício de retorno, como também incentivar e propiciar aos alunos esse movimento.

Referência

ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados; Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004.

Enviado: 08/01/2018.

Aceito: 14/06/2019.

